

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 840.192 CEARÁ

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : MARIA DAS DORES COROLINO ARRUDA
REPRESENTADA POR JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA
ADV.(A/S) : VLADIMIR GALDINO DE QUEIROZ
RECDO.(A/S) : UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO:

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Veja-se o seguinte trecho de ementa:

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO DO EXTINTO DNER. PARIDADE DE VANTAGENS EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES DO DNIT. LEI 11.171/2005. IMPOSSIBILIDADE.”

O recurso está prejudicado. Isso porque o Superior Tribunal de Justiça, em acórdão transitado em julgado, deu provimento ao recurso especial simultaneamente interposto pela parte recorrente (Resp nº 1.331.699/CE), para assentar que “*o servidor aposentado do extinto DNER, ainda que passe a integrar o quadro de inativos do Ministério dos Transportes, deve ter como parâmetro de seus proventos a retribuição dos servidores ativos do DNER absorvidos pelo DNIT, pois esta autarquia é que é a sucessora do DNER, não havendo razão jurídica para justificar qualquer disparidade*”. Desse modo, o recurso extraordinário perdeu o objeto.

Diante do exposto, com base no art. 557, *caput*, do CPC e no art. 21, IX, do RI/STF, julgo prejudicado o recurso.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator